

**[NA JUSTIÇA]**

## Fonacate ingressa como *amicus curiae* em ADI que questiona Decreto 10.620/2021

*SINAL mantém atuação contra transferência de aposentadorias e pensões do BC ao INSS também em outras frentes*

**O** SINAL vem mantendo, individualmente ou em parceria com outras representações do funcionalismo, uma atuação forte, em diferentes âmbitos, com o objetivo de afastar os efeitos do Decreto 10.620/2021. Em maio, o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) foi admitido, na condição de *amicus curiae*, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6767, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF). A ADI questiona o referido Decreto que, dentre outras disposições, transfere as atividades de concessão e manutenção de aposentadorias e pensões dos servidores do BC ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O ingresso como *amicus curiae* reconhece o Fonacate como parte interessada e com competência para subsidiar os debates sobre o tema no STF. Conforme destacou a edição de abril do SINAL Plural Expresso, o presidente do Sindicato e vice-presidente de Comunicação do Fórum, Fábio Faiad, e a assessora jurídica, Dr<sup>a</sup> Larissa Benevides, se reuniram, naquele mês, com membros do gabinete da ministra Rosa Weber, relatora da ADI na Suprema Corte. Na oportunidade, foram reforçados argumentos favoráveis à declaração de inconstitucionalidade do Decreto 10.620/2021.

### No Parlamento

Em audiência pública da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da



Câmara dos Deputados no dia 24 de maio, Faiad alertou para o receio da classe diante das incertezas geradas pelo dispositivo. “O Decreto está aterrorizando os aposentados e pensionistas. Eles têm uma identidade com o órgão de origem e estão sendo tratados como meros números a serem jogados no INSS. Este Decreto só trouxe pânico”, relatou.

Na oportunidade, o presidente do Sindicato apontou inconstitucionalidades no regramento, defendeu sua revogação, observou que o INSS já enfrenta uma série de dificuldades com as demandas atuais - o que representa um desrespeito ao princípio da eficiência na Administração Pública - e solicitou o apoio dos parlamentares na interlocução com os demais Poderes. Assista à participação de Fábio Faiad na audiência da CTASP por meio do endereço <https://bit.ly/3IYMLQB> ou no QR-Code ao lado.

A pauta também vem sendo abordada recorrentemente, desde meados de 2021, em reuniões com a Diretoria do Banco Central e com a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia.

Acompanhe notícias em nosso site ([sinal.org.br](http://sinal.org.br)).



# Greve dos servidores do Banco Central é legítima

*Recordes em receita alcançados pelo governo são impulsionados por congelamentos no funcionalismo*

Por Fábio Faiad (presidente nacional do SINAL)

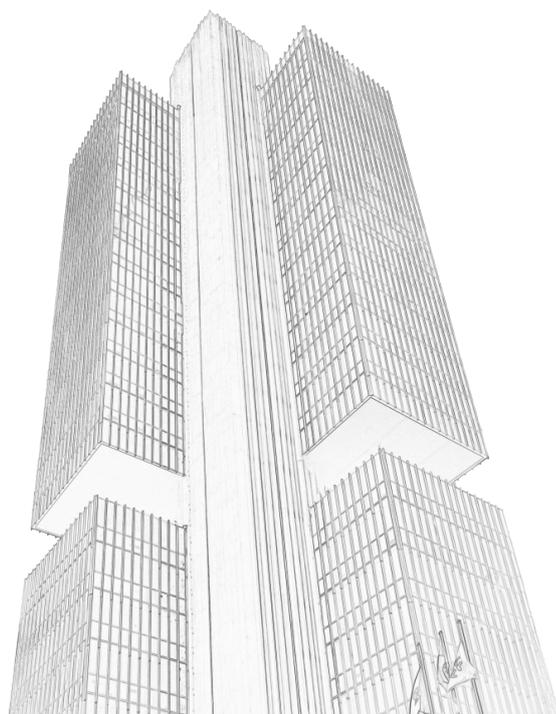
Ninguém gosta de greve no serviço público. Nem o empregador – que é o Estado, no caso –, nem o funcionário, tampouco a sociedade. Sua deflagração só ocorre quando todos os instrumentos de negociação se esgotam e quando o contexto a torna inescapável. É esse o enredo da paralisação dos funcionários do BC (Banco Central), movimento iniciado em 1º de abril.

A categoria está há 3 anos sem qualquer tipo de reajuste ante um cenário galopante da inflação. O Corrosômetro, ferramenta do Sindicato dos Funcionários do Banco Central, que calcula a defasagem salarial da categoria, aponta uma perda de mais de 27% no poder de compra do servidor, 19% apenas no governo de Jair Bolsonaro.

Outro motivo que levou a categoria para a greve foram as inúmeras tentativas frustradas de negociação com o governo. Os servidores do BC foram ignorados e as poucas reuniões com representantes do órgão e do Ministério da Economia e da Casa Civil não passaram de encenação.

Importante destacar que a recomposição aventada não representaria grande impacto no Orçamento da União, já que o quadro do BC é reduzido e altamente produtivo. O servidor do BC está fazendo muito mais com um quadro mais reduzido, graças à alta produtividade de seu corpo funcional aliada à automação, à otimização dos processos de trabalho e à entrega individual de cada analista e técnico. Para se ter uma ideia do enxugamento de pessoal, houve um decréscimo, em 12 anos, de mais de 1.000 servidores. Isso, apesar de terem aumentado no mesmo período a complexidade do trabalho, a pressão sobre o servidor e a responsabilidade.

Nos últimos 3 anos, mesmo com a ocorrência da pandemia da covid-19 e o consequente trabalho remoto, o corpo funcional do BC entregou para a sociedade serviços de elevada importância, como o Pix, o SVR (Sistema de Valores a Receber) e o Open Banking. E isso não é reconhecido pelo governo.



Outro aspecto que pouco se discute é que, às custas do congelamento salarial do funcionalismo e da não reposição dos quadros de recursos humanos, o governo vem obtendo recordes em receitas líquidas. Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, o volume de recursos com o engessamento de salários do servidor foi maior do que se pretendia com a reforma administrativa, algo em torno de R\$ 130 bilhões, em valores de novembro de 2021.

Porém, a “economia”, que vem sendo obtida com essa “reforma silenciosa”, não parece ter como fim a melhoria do serviço público. A primazia de seu objetivo é obter superávits primários para arcar com os custos da dívida interna, nas mãos dos “institucionais financeiros”.

Extraoficialmente, essa sobra de caixa é um pote de ouro para interesses que não têm nada a ver com a coisa pública. Quanto mais sobram recursos –

“

**O servidor do BC está fazendo muito mais com um quadro mais reduzido, graças à alta produtividade de seu corpo funcional aliada à automação, à otimização dos processos de trabalho e à entrega individual de cada analista e técnico**

”



que deveriam ser canalizados para motivar e premiar o funcionalismo por sua excepcional dedicação em prol da sociedade e para investir no aprimoramento da prestação de serviço para o cidadão que mais precisa do Estado –, mais dinheiro encontra-se disponível para orçamentos secretos, desvio de emendas, vantagens fiscais para grandes pagadores de impostos e – sem ser hipócrita, considerando a realidade e o histórico da política brasileira –, para a corrupção.

Em outras palavras, os benefícios de interesse particular, sejam de autoridades públicas, sejam de empresários, estão sendo custeados pelo servidor público, demonizado como “marajá” e rotulado de “inimigo”.

A gota d’água para desencadear a greve – movimento histórico pelo alto engajamento e por causa de sua extensão e duração –, foi a discricionariedade do governo de conceder aumento só para os agentes de segurança pública federal, a despeito de o pleito ser igualmente justo. Sem qualquer base técnica e ancorado em critérios eleitoreiros, o governo arbitrariamente promoveu os operadores de segurança a servidores de uma categoria diferenciada, superior aos demais, desprestigiando os demais funcionários públicos, rebaixados a uma classe inferior.

Só que a paralisação veio mostrar que o servidor do BC é fundamental para o bom funcionamento da economia e por consequência para a sociedade. A greve tem afetado a publicação de diversos indicadores e relatórios macroeconômicos da autarquia, importantes para os agentes econômicos, como Boletim Focus, IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central) — nível de atividade econômica — e notas de estatísticas econômico-financeiras. Sem isso, o mercado fica à deriva e corre o risco de se jogar contra as rochas. Ou seja, é cristalino que o trabalho desenvolvido pelos servidores do BC é a bússola para que a economia continue no seu rumo seguro.

Para o bem dos agentes econômicos, dado que as demandas são crescentes e sofisticadas, faz-se necessário, e com urgência, a reestruturação das carreiras, por meio de uma contínua qualificação dos quadros e desenvolvimento na área de inteligência informatizada e realização de novos concursos públicos sob o risco de a autarquia perder cérebros para o mercado ou mesmo para outros órgãos públicos. Com a categoria melhor estruturada, quem ganha é a sociedade. É, portanto, legítimo o pleito dos servidores do Banco Central.

*Artigo publicado no site Poder 360*

## Senado apreciará emenda que propõe inclusão dos servidores do BC na PEC 63/2013

*Proposta está pronta para deliberação em Plenário*

O Plenário do Senado Federal apreciará emenda que propõe a inclusão dos servidores do BC na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013. O texto da emenda, apresentada pelo senador Rogério Carvalho (PT/SE), foi produzido pelo SINAL, em parceria com o SinTBacen e a ANBCB, e obteve o número necessário de assinaturas para registro no último dia 17 de maio.

A proposta de alteração ao texto constitucional, conhecida como “PEC dos Quinquênios”, prevê a concessão de parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço. Para isto, será calculado um adicional de 5% a cada cinco anos de efetivo exercício.

“Por exercer atividades tão relevantes para a sociedade brasileira, a parcela indenizatória criada pela PEC deve ser estendida aos integrantes das carreiras do Banco Central do Brasil, permitindo que os seus titulares tenham reconhecida e valorizada a experiência adquirida”, destaca trecho da justificativa da emenda, que visa beneficiar também os servidores aposentados e os pensionistas.

Com o registro, o foco agora se dá na busca por apoio à sua aprovação no Plenário da Casa, onde a PEC 63/2013 aguarda apreciação a qualquer momento.

## NOTAS

### O BC SOMOS TODOS NÓS!



Novo vídeo produzido pelo SINAL ressalta a relevância de cada servidor ao longo das quase seis décadas de existência do Banco Central do Brasil.

“Durante todo esse tempo, milhares de servidores vêm ajudando a construí-lo e a fazer dele uma referência para os brasileiros. Todo servidor que chega é muito importante nesse processo”, destaca trecho da peça.

Assista em nossa página no YouTube ([youtube.com/apitotv](https://youtube.com/apitotv)) e compartilhe.

### ANÁLISE

Também está disponível em nossa página do YouTube palestra do analista político e assessor do Sindicato, Antônio Augusto de Queiroz, sobre os desafios e perspectivas acerca da demanda pela Reestruturação de Carreira e o reajuste, bem como a repercussão da proposta de MP enviada pelo BC - e depois, retirada - ao Ministério da Economia.

O evento foi realizado pela seção regional do SINAL no Rio de Janeiro no dia 24 de maio. Acesse [youtube.com/apitotv](https://youtube.com/apitotv) para conferir na íntegra.



### CICLO DE PAINÉIS

“Rumo ao Estado Necessário”. Este foi o tema da 7ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado, realizada pelo Fonacate, em formato virtual, no último dia 24 de maio. O evento contou com cinco painéis, ministrados por especialistas das áreas política, jurídica e econômica.

O objetivo do ciclo de debates foi discutir uma trajetória virtuosa, voltada à valorização do setor público, de modo a atender à crescente demanda social.

Durante o evento, foi lançado o livro “Dominância Financeira e Privatização das Finanças Públicas no Brasil” que deu nome ao primeiro painel da Conferência. O material reúne os mais recentes volumes da série de estudos “Cadernos da Reforma Administrativa”, iniciada em 2019 pelo Fonacate.

“O livro, portanto, é uma crítica e, ao mesmo tempo, uma sugestão de caminho para o desenvolvimento nacional, a organização do Estado e o manejo da política econômica”, explica o coordenador da Comissão de Estudos do Fórum e um dos organizadores da obra, José Celso Cardoso Junior.

Para conferir a cobertura completa da Conferência e baixar o livro, acesse o site [fonacate.org.br](https://fonacate.org.br).

### PARCERIA

O presidente, Fábio Faiad, o diretor de Comunicação, Mardônio Sarmiento, e o diretor de Estudos Técnicos do SINAL, Vicente Fialkoski, marcaram presença na festa em comemoração ao dia das mães, realizada no último dia 20 de maio, em Brasília. A confraternização foi uma promoção conjunta da ABACE e da ASBAC.



Os informativos e documentos citados nas matérias podem ser acessados na versão digital do Sinal Plural Expresso, disponível em nosso site ([sinal.org.br](https://sinal.org.br)), na aba “Publicações”, ou pelo QR Code ao lado.

Construa, junto conosco, este boletim. Envie comentários e sugestões de assuntos que você gostaria de ver aqui para [sinalplural@sinal.org.br](mailto:sinalplural@sinal.org.br).



Use a câmera do seu smartphone para acessar.